

**Conselho de Administração****DELIBERAÇÃO Nº 11/CA/ 2013****de 17 de Outubro de 2013****Decisão sobre a Oferta de Referência do Acesso ao Lacete Local****ENQUADRAMENTO**

O Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos conexos, liberalizou o mercado das comunicações eletrónicas em Cabo Verde e criou condições necessárias para a promoção da concorrência e a diversificação das ofertas de produtos e serviços, de forma a garantir aos utilizadores o máximo de benefício em termos de opção, preço e qualidade.

O respetivo diploma atribui competências à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) para a definição dos mercados relevantes de produtos e serviços, declarar as empresas com poder de mercado significativo (PMS) e impor obrigações regulamentares específicas e adequadas para o funcionamento da concorrência no sector.

Neste sentido, através das Deliberações nº 05/CA/2010 e nº 01/CA /2011 a ANAC definiu os mercados relevantes e identificou as empresas com PMS no sector das comunicações electrónicas em Cabo Verde, após processo de consulta pública, nos termos do artigo 7º do citado Decreto-Legislativo nº 7/2005.

A CVTelecom foi considerada como Operador com Poder de Mercado Significativo (OPMS) e foi devidamente notificada de uma série de obrigações a que passava a estar sujeita, conforme Deliberação nº 04/CA/2012, de 14 de Junho, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 50, de 03 de Agosto de 2012.

Assim sendo e, de acordo com os artigos 63º a 71º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, em matéria de acesso e interligação e da oferta de referência de acesso lacete local – (ORALL), a CVTelecom, na qualidade de OPMS, passou a estar sujeita às seguintes obrigações no mercado grossista:

- a) Transparência na publicação de informações, incluindo propostas de referência;
- b) Não discriminação na oferta de acesso e interligação;
- c) Separação de contas;
- d) Dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso;
- e) Controlo de preços e de contabilização de custos.



Para a materialização das medidas acima elencadas, a CVTelecom está obrigada a apresentar nos termos mínimos definidos em instruções específicas pela ANAC, as seguintes ofertas:

- Oferta de Referência de Interligação com outros operadores;
- Oferta de referência de circuitos alugados;
- Oferta de acesso a banda larga;
- Oferta de acesso desagregado de lacete local, partilha de condutas, edifícios e postes.

Na sequência, a ANAC através da Deliberação nº 10/CA/2011, impôs à CVTelecom a obrigação de elaborar uma proposta de oferta de acesso desagregado ao lacete local, em conformidade com os elementos mínimos definidos.

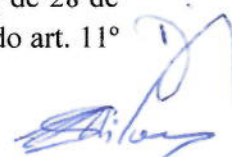
Recebida a proposta de oferta de referência de acesso ao lacete local da CVTelecom e por se tratar de adoção de medidas com impacto significativo no mercado relevante, após apreciação por parte da ANAC, a proposta de ORALL foi submetida à consulta pública, dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem, no prazo fixado para o efeito, antes da deliberação final sobre o assunto.

Foi igualmente publicitado e submetido a consulta prévia dos operadores, o Sentido Provável de Decisão sobre a ORALL e que aprova o relatório da consulta pública.

Assim, considerando.

- i. A Deliberação nº 10/CA/2013, de 30 de Agosto, que aprova o Sentido Provável de Decisão sobre a ORALL;
- ii. A Deliberação nº 04/CA/2012 de 14 de Junho, que notifica a CVTelecom de uma série de obrigações a que passava a estar sujeita como OPMS;
- iii. A Deliberação nº 10/CA/2011 que determinou à CVTelecom a obrigação de elaborar a proposta de oferta de acesso desagregado ao lacete local;
- iv. A proposta de oferta de referência apresentada CVTelecom;
- v. O procedimento geral de consulta pública previsto no art. 7º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro.

O Conselho de Administração da ANAC, na persecução dos objetivos de regulação de promoção da concorrência na oferta de serviços de comunicações electrónicas e de defesa dos interesses dos utilizadores previstos nas alíneas a) e b) do nº1 do art. 5º e dos dispostos n.º 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 71º e 74º, todos do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro e, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela alínea a) do n.º1 do art. 11º

A handwritten signature in blue ink, likely of a member of the ANAC Board of Directors, is located at the bottom right of the page.



dos Estatutos da ANAC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31/2006, de 19 de Junho, na sua reunião extraordinária realizada em 17 de Outubro de 2013, delibera o seguinte:

1. Aprovar o Relatório da Consulta Pública sobre a ORALL;
2. Aprovar o Relatório da Consulta Prévia sobre o Sentido Provável de Decisão lançada em 30 de Agosto de 2013, e que é parte integrante da presente deliberação;
3. Aprovar a Oferta de Referência do Acesso ao Lacete Local – ORALL, com os novos preços propostos pela CVTelecom na sua carta referência 78/CVT/GCA/2013, de 22 de Agosto, apresentada a pedido da ANAC, que passarão a fazer parte integrante da versão final da oferta, sem prejuízo do respeito pelo princípio da orientação para os custos, e a serem validados através de auditoria aos resultados do modelo de custeio, relativamente ao ano económico de 2012.

Os preços aprovados, sem IVA, são os seguintes:

- Verificação da Elegibilidade ..... 3557,93 ECV
  - Instalação do Lacete Local activo Completo..... 2500,00 ECV
  - Mensalidade Lacete Local Completo ..... 575,28 ECV
  - Mensalidade Lacete Local Partilhado..... 287,63 ECV
  - Mensalidade da Co-instalação física..... 3436,09 ECV
4. Os preços a serem apresentados na ORALL, devem incluir a taxa do IVA em vigor.
  5. Incorporar a informação sobre o cadastro das centrais disponíveis para a co-instalação física nas suas instalações, e definir aquelas que serão consideradas prioritárias para integrar a ORALL na primeira fase da sua implementação.
  6. Publicitar e disponibilizar a versão final da ORALL no seu site, bem como remeter uma cópia à ANAC.
  7. Deve a CVTelecom efetuar o planeamento ajustado sobre a matéria e desenvolver os sistemas de informação necessários para a operacionalização da Oferta, a partir do dia 31 de Janeiro de 2014.

Praia, aos 24 de Outubro de 2013

O Conselho de Administração,

 / David Gomes /  
Presidente

 / Carlos Lopes Silva /  
Administrador

